

# Diário da Assembléia

Nº 3.012

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

#### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 32.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 3 de Abril de 1974 (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Sebastião Rodrigues Júnior.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Antonio Costa — Domício Scaramella — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk e Wilson Fortes. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à  
**ORDEM DO DIA,**  
 com a presença de 36 Srs. Deputados.  
 Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 23/74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 105/73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, firmar através do D.E.R., Convênio, com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma Ponte sobre o Rio Anhumas. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 4, quinta-feira, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 18/74.  
 Levanta-se a Sessão.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 33.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 3 de Abril de 1974 (Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — David Federmann — Antonio Costa — Domício Scaramella — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk e Wilson Fortes. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

- de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Remo de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 242 e 256/73.
- de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 18 e 20/74.
- de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 242 e 256/73.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Henrique Cabral Branco, ocorrido no dia de hoje, no Município de Arapongas.

Pessoa muito querida e respeitada naquela cidade, Henrique Cabral Branco, foi um dos pioneiros, no setor da construção que ajudaram a edificar o que é hoje Arapongas, e, seu falecimento deixa uma lacuna difícil de ser preenchida na comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — **MUGGIATI FILHO**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, o registro na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Fiorucci, ocorrido em data de 28 do mês de março, na cidade de Jandaia do Sul.

O extinto era pessoa que desfrutava do mais alto conceito na sociedade local, e era um dos fundadores daquela próspera cidade, tendo por isso o seu desaparecimento causado geral consternação.

Requeiro, ainda, que se dê conhecimento da decisão da Casa à família enlutada, com residência à Avenida Getúlio Vargas, s/n., em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — **GILBERTO CARVALHO**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares requer, após ouvido o Plenário sejam suspensas as Sessões, do Plenário nos dias 8 e 12 do corrente mês, funcionando, no entanto, as Comissões Parlamentares.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1974.

(a) — **IRIS CALDART**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a designação de uma Comissão composta de dois Senhores Deputados, para representar a Assembléia na Sessão Solene de outorga do Diploma de Cidadão Honorário de Curitiba ao Desembargador Edmundo Alberto Mercer Júnior, a realizar-se na Câmara Municipal de Curitiba, no dia de hoje, às 20,30 horas.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — **OLAVO FERREIRA**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela "Semana de Cultura Alemã" promovida pelo Consulado Geral da República Federal da Alemanha, em Curitiba, de 4 a 10 de abril com a colaboração do Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto Cultural Brasileiro-Germânico, Universidade Federal e Católica do Paraná.

A excelente qualidade da programação prévia apresentada, muito bem demonstra o profundo sentido de uma mútua colaboração entre os dois povos e a preocupação de que haja o seu relacionamento cultural cada vez maior.

Representando honrosamente grande parte da etnia germânica em nosso Estado, não poderíamos silenciar diante de tão magno acontecimento, entendendo ser justo registrá-lo face o grande número de descendentes de alemães aqui fixados, como uma homenagem a idéia Consular e aqueles que, prestimosamente, conosco constroem a grandeza de nossa Pátria e de nosso Paraná, particularmente.

Assim, requeiro uma vez aprovada a presente proposição dê-se ciência da decisão da Casa ao Senhor Consul da República Federal da Alemanha no Paraná, Doutor Kurt Arthur Schwartze.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1974.

(a) — **IGO LOSSO**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

Escudado pelas normas regimentais proponho, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais desta Casa de um voto de congratulações ao Professor Doutor Olavo Del Claro pela passagem de seu quadragésimo aniversário de lides no Magistério Superior em nossas Faculdades de Engenharia Química, Agronomia e Filosofia.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — **BORSARI NETTO**

**JUSTIFICATIVA:**

Há duas formas de uma vida tornar-se heróica: por feitos extraordinários, mas passageiros ou pela vivência plena do cotidiano. A primeira é bem mais fácil, por ser momentâneo e por isso em geral mais exaltada pelos contemporâneos; a segunda pautada na paciência do cotidiano, do dia-a-dia é mais morosa, e por isso encerra um heroísmo que muitas vezes perde-se no tempo.

A proposição que ora é apresentada à consideração da Casa reveste-se exatamente do heroísmo da paciência. Consignamos uma homenagem a um homem que dedicou uma existência ao trato dos números em nossas escolas superiores e pela paciência formou uma legião de técnicos que hoje perlustram a vida paranaense e nacional.

Suas lides no Magistério Superior tiveram início exatamente, há quarenta anos, em 15 de março de 1934 na Escola de Engenharia, embora suas atividades escolares iniciassem em 1925 no Colégio Novo Ateneu. Sua vida de quarenta anos decorreu entre a Biblioteca da Escola, entre os bancos escolares, entre alunos, no Conselho Técnico Administrativo e na Secretaria da Faculdade. Seus conhecimentos técnicos sempre eram acompanhados de um calor humano para a juventude, pois considerava além de tudo não só a formação técnica, mas também a humana e o amoldamento do caráter.

O Professor Del Claro além de ministrar os ensinamentos atinentes a sua cátedra na Escola de Engenharia, na Faculdade de Engenharia Química, na Agronomia ou na Faculdade de Filosofia, procurou e continua a fazê-lo até o presente, inculcar otimismo e confiança no futuro. Gênio simples, que herdou dos pagos de Ponta Grossa, onde viu o raiar do sol, jamais empolgou-se com os números e pontos de esquecer que o homem, é antes de tudo um ser composto de alma e corpo e que a técnica é instrumento para os valores superiores que devem ser postos a serviço do próprio homem.



A passagem de 40 anos pelas cátedras de nossas instituições superiores de ensino, motivaram o autor do presente a consignar o presente voto, como reconhecimento a um servidor da Técnica, sem ser escravo dela. O registro nos Anais da Assembléia Legislativa desse aniversário é um reconhecimento das gerações que já preenderam com o Prof. Del Claro a técnica de dominar a matéria, bem assim de moldarem o seu caráter de criatura racional, lembrando-se dos valores espirituais e morais que ele transmitiu na vida heróica do quotidiano, sem jamais tornar-se rotina monótona.

Requer ainda o autor da presente consagração que da deliberação da Casa seja dada ciência ao Prof. Olavo Del Claro e ao Instituto de Matemática da Faculdade de Engenharia, onde exerce suas atividades de professor.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 27/74

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, as datas de terra sob os números 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 18 e 19 da quadra n.º 40 da planta geral da cidade de Rolândia, de propriedade do Estado do Paraná, onde a referida entidade está construindo o Instituto de Orientação e Reabilitação da Criança Excepcional. As referidas datas de terras estão registradas no Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Rolândia, no livro 3/h, sob o n.º 6.398, às fls. 56, em data de 17 de julho de 1968.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — XENOFONTE VILLANUEVA

#### JUSTIFICATIVA:

O objeto da doação pretendida é regularizar a situação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, APAER que está construindo na referida área de terras um imóvel com mais de 3.800 m<sup>2</sup>, destinado ao atendimento regional de excepcionais. Esta entidade reconhecida de utilidade pública estadual, registrada no C.N.S.S. do Ministério de Educação e Cultura, necessita comprovar a existência das construções realizadas nesta área, bem como a sua propriedade a fim de realizar convênio com o Governo da República Federal da Alemanha, para receber verbas e equipamentos já prometidos através de correspondência trocada.

O terreno em questão, localiza-se em frente ao Cemitério Municipal de Rolândia, em local portanto inadequado a outras ocupações. Nele já está construído o imóvel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rolândia, e somente com a autorização da Assembléia Legislativa a doação a que se refere o anteprojeto, poderá ser concretizada.

Espera o Deputado que este subscreve, tenha a presente matéria acolhida nas Comissões e no Plenário, por envolver assunto que trará reais benefícios às crianças marginalizadas pelo próprio destino e que poderão encontrar no Instituto de Orientação e Reabilitação da Criança Excepcional de Rolândia, uma esperança de melhor integração em nossa sociedade.

##### PROJETO DE LEI N.º 28/74

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Liga das Senhoras Católicas de Sertaneja.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de abril de 1974.

(a) — ROSÁRIO PITELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Liga das Senhoras Católicas de Sertaneja, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e que foi fundada na cidade de Sertaneja em 9 de agosto de 1973.

Sua finalidade principal é de orientar e desenvolver a ação social e religiosa em todos os seus aspectos, estreitando os laços de amizade cristã e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com ela queiram cooperar na prática da caridade cristã. Há mais de 10 anos a referida entidade vem prestando relevantes serviços a toda comunidade de Sertaneja, através de várias e dedicadas diretorias. Em reconhecimento ao real valor dos serviços prestados pela Liga à Câmara Municipal de Sertaneja, já a reconheceu como de Utilidade Pública, através do Decreto de número 22, de 11 de outubro de 1971.

Assim, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos Pares, esperando que se lhe de o indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje a Câmara Municipal de Curitiba presta uma das mais justas homenagens, ao Desembargador Edmundo Alberto Mercer Júnior, entregando-lhe o título de Cidadão Honorário de Curitiba.

Nada mais justo, Sr. Presidente, de que este Poder se faça representar oficialmente nesta Sessão Solene de entrega do título de Cidadão Honorário de Curitiba, a um Presidente de um Poder que é o Poder Judiciário; portanto, Sr. Presidente, no Requerimento que faço a V. Exa. solicito que V. Exa. designe dois Senhores Deputados para que se façam presentes hoje, na Sessão Solene, às 20,30 horas, na Câmara Municipal de Curitiba.

Sr. Presidente, exatamente no dia 22 de março deste ano, apresentamos um Requerimento com vários Considerandos ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Agricultura, seriamente preocupados com a pecuária paranaense que no ano passado teve um movimento sério de renovação, quando era Governador o então Ministro Ney Braga, e Secretário da Agricultura o Sr. Paulo Pimentel.

Sr. Presidente, nos Considerandos que fizemos, dissemos que, dois problemas nos preocupavam; primeiro — da necessidade de termos aqui no Parná, laboratórios que fabricassem vacinas contra a aftosa;

nós consumimos inicialmente 5.000.000 de doses, e não temos nenhum laboratório.

Bem. Dizíamos que não temos nenhum laboratório porque o único existente está fechado, que, é na cidade de Maringá e que tem possibilidade de produzir 500.000 doses de vacina, 10% daquilo que necessitamos. Então, atualmente estando ele fechado, nós estamos importando — vamos dizer assim — consumindo de outros laboratórios que produzem em outros Estados, porque o Paraná que já é um Estado agropecuario, não tem nenhum laboratório que produza a vacina contra a febre aftosa.

Outra sugestão que fizemos além desta, foi de que o Governo que é o maior credor dos laboratórios, que abrisse, desapropriando inteiramente este laboratório, e iniciasse a sua fabricação.

Apresentamos uma outra, que era necessário que continuasse o trabalho anteriormente feito, dentro das técnicas modernas, da inseminação artificial — importantíssimo — porque o pequeno pecuarista absolutamente não tem condições de comprar os touros de valor, de alto valor, então, nós fazíamos uma sugestão que a Secretaria fizesse um convênio com as empresas existentes, três ou quatro empresas organizadas no Paraná para que comprassem esse material, e os próprios médicos veterinários da Secretaria fizessem estas inseminações, para que soubessem cientificamente fazer "in loco". Agora "O Estado do Paraná" recebeu um comunicado que gostaria que ficasse transcrito este pequeno trecho. Não temos hoje, absolutamente ligação com este grupo que está fazendo esta vacina. Não temos nenhuma vinculação. Já tivemos em 60 a 70 e pode transparecer interesse pessoal da nossa parte. Não. Já que não há através da Secretaria interesse neste sentido, as iniciativas privadas surgem para suprir esta deficiência muito naturais do Poder Público.

Diz aqui:

#### "O PARANÁ VAI MELHORAR PADRÃO DOS REBANHOS"

O processo de inseminação artificial é o instrumento comprovadamente apto a queimar etapas no aprimoramento imperioso dos rebanhos de nossas regiões tradicionalmente pecuárias e também na implantação da atividade criatória na área da SUDAM, foram palavras do Sr. Horácio Coimbra ao assinar contrato de participação do Grupo Cacique, como principal acionista, na Cipari — Cia. Paranaense de Inseminação. Aduziu o presidente do Grupo Cacique que o mundo tem fome de proteínas da carne bovina, cuja demanda dificilmente será um dia plenamente satisfeita, e o Brasil é o País que possui as maiores áreas ecologicamente adequadas ao desenvolvimento da pecuária. Povoar de gado o Amazonas, o Pará, o Maranhão, o Acre, por exemplo, será um processo lento, que levará décadas, se depender da presença de touros, necessariamente de alta linhagem, nessas regiões. A inseminação remove esse inconveniente, garantindo o raceamento e a multiplicação dos rebanhos no prazo mais rápido possível. Por isso, a Cipari — que já opera em doze Estados — vai ampliar consideravelmente suas atividades, contribuindo para dar exequibilidade econômica, a prazo razoavelmente menor, aos empreendimentos pecuários. Junto com o Grupo Cacique ingressou no quadro acionário da Cipari o Sr. Hiroshi Yoshio conhecido pecuarista em São Paulo e no Paraná. A Cipari, surgida em 1970 em Londrina por iniciativa do pecuarista e industrial José Eduardo Rocha Cabral, faturou naquele ano 70 mil cruzeiros saltando para Cr\$ 9 milhões no ano passado, prevendo para este ano Cr\$ 15 milhões. A fim de habilitar a pecuária ao uso de inseminação, a empresa tem promovido cursos de formação de inseminadores. Graças a esse curso, mais de 1.000 peões passaram a ter uma profissão técnica e melhor remuneração. O capital da Cipari é de Cr\$ 5.000.000,00.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que resta meio minuto para o término de sua oração.

O SR. OLAVO FERREIRA — A inseminação artificial, Sr. Presidente, moderna, científica irá suprir estas necessidades já devidamente expostas na nossa exposição de motivos, enviada ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Agricultura. Nossos louvores a esta empresa privada e ao "O Estado do Paraná", que bem salientou a necessidade de se continuar o trabalho tão bem feito em nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — O Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para, em breves palavras, fazer um convite aos Srs. Deputados em nome da Prefeitura de Guarapuava que tem a sua frente elementos que pertencem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que era o Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

Guarapuava, de 21 a 28 de abril, terá lugar a 5.a Exposição Feira Agro-Pecuária Industrial daquele Município em conjunto com a 2.a Exposição de Suínos do Paraná e também na oportunidade, além das exposições a que se refere, terá lugar também acontecimentos sociais, palestras, inclusive com autoridades de renome internacional acerca de problemas agro-pecuários. É reconhecida por todos a posição da Agricultura da Pecuária em Guarapuava na economia de nosso Estado. Também a seriedade com a administração daquele município que promoveu a 5.a Exposição-Feira, que irá deixar marcado na Pecuária do Paraná um acontecimento que lá terá lugar no dia 28 de abril. Desta forma, em nome do Sr. Prefeito de Guarapuava que me solicitou que assim o fizesse, transmitir à Mesa desta Casa o convite para que lá compareça. Oportunamente terei em mãos um Requerimento que encaminharei à Mesa, solicitando a designação de uma representação oficial ao conclave de Guarapuava.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Na última semana, quando ocupava a Tribuna o eminente Deputado Ivo Thomazoni, líder do Governo, tecendo considerações a respeito da Mensagem enviada à Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado, propondo um aumento ao funcionalismo público estadual, em aparte, nós dissemos que emitiríamos da Tribuna a nossa opinião a respeito da referida Mensagem. E hoje, aqui estamos para,



inicialmente, repetir aquilo que dissemos na oportunidade do aumento que foi proposto ao funcionalismo público do Estado, que não pode de forma alguma ser considerado como aumento e sim como um reajuste, um reajuste parcialíssimo. Isto porque, eminentes Deputados, além de outros problemas que aqui levantamos com relação à Mensagem Governamental, inicialmente gostaríamos de mostrar o quadro demonstrativo onde se comprova essa alteração de vencimentos concedidos aos funcionários públicos estaduais a partir de 69, onde nós proporíamos um índice hipotético avaliado em 100%. No ano seguinte, em fevereiro, o funcionalismo federal teve um aumento de 20%, o que foi equilibrado em novembro pelo Governo do Estado do Paraná, que propôs idêntica porcentagem. Em 1.º de fevereiro de 1971, o funcionário público federal foi aumentado em 20%. O nosso índice que estava em torno de 12%, passou o funcionário público estadual em agosto de 71 a perceber um aumento de 10%. Em fevereiro de 72 o funcionalismo federal recebeu mais um aumento de 20% e o funcionalismo do Paraná em maio de 72, um aumento de 12%, e em outubro de 72, 8%. Em março de 72, o funcionalismo público federal teve um aumento percentual de 15% e o Paraná em outubro daquele ano concedeu ao seu funcionalismo um aumento de 15%. Em março deste ano o funcionário federal recebeu um aumento de 20%, enquanto que o funcionalismo do Paraná nesta primeira etapa de aumento, receberá um acréscimo nos seus vencimentos da ordem de 10%. Isso, Srs. Deputados, de acordo com o quadro que ora temos em mãos chega-se à conclusão que do índice de aumento concedido pelo Governo Federal, atinge à taxa de 238,2%, enquanto os funcionários públicos do Estado do Paraná, contando com o aumento que irá vigorar a partir de 1.º de março, atingirá o seu índice a 200,2 por cento, proporcionando, conseqüentemente, uma diferença, em prejuízo do funcionalismo de nosso Estado, da ordem de 38 por cento.

Na verdade, Srs. Deputados, o que S. Exa. o Sr. Governador do Estado está propondo é apenas um reajuste parcial e que, infelizmente, não virá atender aos reclamos, aos anseios desta classe. Mas, poderíamos ser acusados de, sistematicamente, combater S. Exa. o Sr. Governador do Estado se deixássemos de falar nos benefícios que a Lei n.º 6.165: a gratificação de produtividade que foi concedida em outubro de 1970, a engenheiros do DER estendida, agora, a uma série de classe de liberais integrantes do funcionalismo público. Mas, também aí se verifica algumas disparidades, como por exemplo, o § 1.º que trata da gratificação a ser concedida a médicos e dentistas. Enquanto se concede gratificações de 1 mil e quinhentos cruzeiros a engenheiros, químicos, advogados, aos médicos, conceder-se-á uma gratificação de apenas 750 cruzeiros e aos dentistas de 700! Mas, o pior ainda é que se exclui, na Mensagem, os figurantes do Poder Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas. Não sabemos qual a razão de agir de S. Exa. o Sr. Governador do Estado ao mandar a esta Casa essa Mensagem, porque o número de funcionários que seriam beneficiados nos demais Poderes seria diminuto e, de forma alguma viria trazer graves problemas ao Erário público de nosso Estado.

Mas, Srs. Deputados, um outro aspecto que nos parece talvez o mais relevante e que deve ser objeto de uma maior discussão por parte de todos nós, quando a referida Mensagem vier a Plenário e que se refere ao Artigo n.º 8: Sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, o Poder Executivo reajustará, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, nos mesmos percentuais e vigência adotados pela União".

Em março de 1975, quando provavelmente o Governo da União conceder um reajuste aos seus servidores, não mais será Governador do Estado o Sr. Emilio Gomes, e a Mensagem é meramente autorizativa, não obriga o novo Governador a cumprir o que está disciplinado nessa Mensagem.

Conseqüentemente, esse artigo, necessariamente precisaria ter um aspecto determinativo. Dever-se-ia, então, mudar a redação desse artigo para que, realmente, os objetivos propostos sejam alcançados. Mudando-se essa cláusula autorizativa para determinativa, estaríamos, realmente, assegurando um reajuste aos servidores do Estado no instante em que o Governo da União conceder aumento aos seus servidores. Então, esse parágrafo único da Mensagem tem uma interpretação bastante perigosa quando afirma concomitantemente com os reajustes a ocorrerem no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá com as deduções que se fizerem necessárias, à incorporação do "abono provisório", de que trata o artigo 3.º desta Lei.

Esta frase: — com as deduções que se fizerem necessárias", dá margem a uma série de interpretações. Concedendo-se o abono em outubro na ordem de 10%, este ano, em 1975, por ocasião do reajuste de vencimentos, proporcional ao aumento concedido aos funcionários da União, simplesmente com base nesta frase, poderá o Governo do Estado, ao promover esse reajuste, deduzir o aumento em 10% do corrente ano. Isto significa que o funcionalismo público estadual, além de agora receber aquilo que não aceitamos como aumento e sim como reajuste, apenas parcial, o funcionalismo público do Estado do Paraná, mantida esta frase, como disse, dá margem a interpretações várias, receberá apenas este ano um aumento na ordem de 10% e o que é pior, em 75, se se conceder ao funcionalismo público federal um aumento de 20% e se se deduzir os 10% proposto de abono, o funcionalismo em 75 receberá apenas um aumento de 10%.

Por esta razão tomamos a liberdade, diante do que permite o Regimento desta Casa, de solicitar ao eminente Deputado Sebastião Rodrigues, um dos membros do Movimento Democrático Brasileiro, na Comissão de Justiça, a apresentação de três Emendas, cujos textos irei ler neste momento.

O artigo 8.º passará a ter a seguinte redação: "sem que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos de seus funcionários, o Poder Executivo reajustará por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, nos mesmos percentuais de vigência adotados pela União".

Excluindo-se daí a medida meramente autorizativa e dando-se ao artigo uma medida de ordem objetiva e definitiva.

Com relação ao parágrafo único do mesmo artigo, apresentamos uma Emenda supressiva da frase: — "com as deduções que se fizerem necessárias". Passando o parágrafo único a ter o seguinte texto: — "Concomitante com o reajuste, no próximo ano, com base no que dispõe este artigo, o Poder Executivo procederá à incorporação do abono provisório de que trata o artigo 3.º desta Lei".

Com relação ao artigo 9.º, acrescentamos a seguinte frase: — "Fi-

ca instituída uma gratificação de produtividade aos atuais integrantes das séries de classes de Engenheiro, Engenheiro Químico, Engenheiro Mecânico, Médico e Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias e classe única de Procurador da PGE, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas, no valor mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); aos Economistas, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Cirurgião Dentista, Naturalista, Químico e Veterinário, dos mesmos quadros, no valor mensal de Cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros); e aos atuais integrantes das séries de classes de Assistente Social, Bibliotecário, Estatístico, Técnico de Administração, Redator e Reporter Fotográfico, dos referidos Quadros de Pessoal, no valor mensal de Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros)".

Em conseqüência da nova redação do artigo 9.º fica excluído o atual Parágrafo 1.º, do referido artigo, mantendo-se os parágrafos seguintes.

Assim procedendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditamos que se possa corrigir prováveis interpretações hermenêuticas que conte desta Mensagem, que seria corrigir também injustiças flagrantes que saltam aos olhos nesta Mensagem, no que diz respeito à gratificação concedida a médico e cirurgião dentista, que passarão então a ter as mesmas gratificações concedidas a outros profissionais liberais, cujo currículo escolar fosse igual ou superior a 6 anos; e no caso dos cirurgiões dentista, igual ou superior a 4 anos.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, V. Exa. é bastante feliz no comentário da matéria que traz a este Plenário na tarde de hoje. Nós havíamos até preparado falar sobre o assunto e nos dispunhamos a um pronunciamento. Porque realmente antes desta Mensagem Governamental chegar às Comissões, vir a Plenário, vem de todos os quadrantes do Poder Público, do Funcionalismo Público do Estado, as reclamações e reivindicações as mais diversas.

Assim sendo, por exemplo, de médicos, cirurgiões dentistas, que sofreram discriminação em relação aos engenheiros e advogados, em retribuição e chamada gratificação de produtividade. Há descontentamento na área dos inativos. A par disso, aqui na Assembléia, através da Comissão de Constituição e Justiça, se apressa na apreciação do Estatuto da Polícia Civil, a fim de que os integrantes daquela classe não fiquem à margem do aumento que ora se propõe.

Essa discrepância, essa desigualdade, esse desnível, essa diferença, essa marginalização total do servidor público, tem causado celeuma, espanto, insatisfação, inquietação e, mais do que isso, sofrimento constante entre as classes dos servidores públicos do Estado.

Isso é um fato, é uma realidade, é incontestável. Então, nós chegamos a um ponto, de se pensar que nós, que temos a responsabilidade, o dever de reparar injustiças, se não seria importante que se chegasse a um momento em que se codificasse, se reunisse toda a legislação referente ao servidor público, uniformizando em um único diploma, numa lei especial, ou será que aqui no Paraná não temos condições de legislar, de organizar, de esquematizar, de moralizar isso que eu entendo — desculpem a expressão — que é uma verdadeira esculhambação na vida administrativa do Estado do Paraná: a situação do funcionalismo público do Estado, nos seus diversos setores.

Somos incapazes de ter condições de codificar, de arrumar, de moralizar essa situação? Ou vamos tratar de resolver o assunto?

Entendo que nós teríamos condições de fazer isso. Basta que haja do Poder Público competente, a iniciativa, a vontade de resolver o problema. Então, eu me parabeno com V. Exa., quando aborda assunto de transcendental importância e tão palpitante como esse que está trazendo à Tribuna, na tarde de hoje.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte e cumprimento V. Exa. por um aspecto muito importante salientando durante seu pronunciamento, no que diz respeito a necessidade de uma codificação referentemente à legislação que atenda os interesses dos funcionários.

O que se nota nesta Casa, desde 1971, quando tivemos o prazer e a oportunidade de, junto com companheiros, convivemos e debatermos assunto referente ao Estado do Paraná, o que se observa, infelizmente, com relação à atitude do Governo do Estado, é simplesmente aqui que há tempos atrás se denominou em Curitiba "operação tapa buraco". Isto é, hoje o Estado analisa a situação de uma pequena parcela do seu quadro, amanhã, outra parcela. Infelizmente essa medida deveria ter sido adotada já há muito tempo com relação a todo quadro do funcionalismo estadual. Por exemplo, nós aprovamos há muito tempo com relação a todo quadro do funcionalismo estadual. Por exemplo, nós aprovamos há pouco tempo o Código de Vencimentos e Vantagens da Polícia Militar do Estado. Tramita por esta Assembléia o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. São medidas justas que irão receber, tenho certeza, naquilo que assim entender certo, a unânime aprovação dos integrantes desta Assembléia Legislativa, porém, simultaneamente se marginaliza da vida pública estadual, no que diz respeito ao servidores, milhares e milhares de funcionários.

Podemos citar, por exemplo, o caso das zeladoras contratadas pelo Estado, cuja situação foi um pouco maneirada, não negamos este fato, mas, não foi resolvida, simplesmente foi maneirada a situação das zeladoras contratadas; também existem os problemas relacionados com os professores suplementaristas do Estado do Paraná, cuja situação de instabilidade inclusive provoca revoltas sucessivas da classe; poderemos citar aqui, casos de inúmeros outros funcionários contratados pelo Poder Executivo, cuja situação funcional é instável sob todos os aspectos, que os faz permanentemente solicitar favores para permanecerem em seus cargos cujos vencimentos são insuficientes para manterem suas famílias, cujos vencimentos não trazem incentivo para que procurem esmerar mais o seu trabalho.

O Sr. Ivo Thomazoni — (Pela Ordem) — Nobre Deputado Maurício Fruet, V. Exa. como homem de oposição explana o assunto com tantas tintas negras, que dá a impressão de que não houve, da parte do Governador do Estado, preocupação de procurar minorar a situação, que nós conhecemos muito bem, do funcionalismo público, e analisando aspectos que V. Exa. considera negativos, em que por outro lado lhe tenha feito justiça, em considerar outro aspecto altamente positivo desta Mensagem. V. Exa., nobre Deputado Maurício Fruet, deve, como representante de um significativo percentual da gente paranaense nesta Casa, fazer um pequeno retrospecto da atuação de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, no tocante às Mensagens enviadas a esta Casa, procurando melhorar a situação de diferentes classes, de diferentes categorias da classe de funcionários públicos, em



nosso Estado. V. Exa. não desconhece, nobre Deputado, que o Estado do Paraná é talvez, hoje, dos Estados considerados desenvolvidos, um dos que mais gasta em percentuais da sua receita, com o pagamento de pessoal; V. Exa. deve estar informado de que há uma estimativa para a melhor arrecadação do nosso Estado, cuja previsão está na ordem de 2 bilhões, 391 milhões de cruzeiros, que tem uma faixa de pagamento — antes do aumento — na ordem de 1 bilhão, 276 milhões de cruzeiros. Quer significar, nobre Deputado, que, antes do aumento o Estado do Paraná gasta, com pagamento de pessoal, mais de 53% do total da sua arrecadação. Com o aumento ora proposto, nobre Deputado, o Estado do Paraná vai gastar 59,2% do total da sua arrecadação. Observe V. Exa. que, todas as recomendações técnicas são no sentido de que o Poder Público não deva dispende com pagamento de funcionário público, percentual superior a 50% — nós estamos atingindo a casa dos 60%.

Mas, Deputado Mauricio Fruet, V. Exa. se referiu há pouco, na análise que fez, às agruras do funcionalismo público, porém, esqueceu de se referir a algumas categorias de funcionários, que recebem, no Paraná, bem acima do que percebem funcionários congêneres, de outros Estados.

Existe o Estatuto dos Professores que, segundo se informa, deverá ser atualizado ainda no decorrer do presente ano, devido a informações que temos, de um trabalho da Secretaria da Educação, que estaria praticamente concluído e convertido em Mensagem para esta Casa; e no seu aprimoramento por certo maiores vantagens estarão sendo pleiteadas para o Professor.

Quando V. Exa. se refere a Professor Suplementarista, é bom que V. Exa. esteja informado, que, o Professor Suplementarista no Estado do Paraná é o que melhor recebe, no Brasil: 17 cruzeiros e 27 centavos por aula, depois do aumento de 10% que estamos concedendo através desta Mensagem. V. Exa. haverá de ter ouvido dizer que São Paulo paga melhor seu funcionalismo, que Santa Catarina e a Guanabara pagam menos que nós e Minas paga um minúsculo. Devemos dizer que o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná deu ao seu efetivo melhores condições de todas as Polícias Militares do Brasil, está aqui o Estatuto da Polícia Civil sendo votado e que o Governador do Estado preocupou-se nesta Mensagem com os funcionários portadores de diplomas de cursos superiores, que tantos Deputados desta Tribuna viviam a afirmar que estavam a perceber muito aquilo do que deveriam estar percebendo. V. Exa. não diz desta Tribuna que o Parágrafo 3.º do Artigo 9 desta Mensagem numa luta tremenda da Presidência desta Casa e do Sr. Governador do Estado, dá aos portadores de diplomas superiores que leva a gratificação de que trata este Artigo como parte de proventos para inatividade nos casos de aposentadoria por tempo de serviço. V. Exa. se referiu ao Parágrafo 1.º do Artigo 9.º desta Mensagem e pretende com isto tirar a validade do que está aqui. V. Exa. não esqueça também, nobre Deputado, que existe lei federal que trata do regime especial de trabalho a que estão sujeitos os médicos e dentistas do serviço público. Hoje, às 16 horas, acompanhado do Sr. João Mansur, estaremos pleiteando uma audiência do Sr. Governador para aumentar esta gratificação para os médicos e dentistas. Mas não deve afirmar da Tribuna que houve má vontade por parte do Governo porque estão sujeitos a um regime especial de trabalho, e todos eles, não há exceção, que não exerçam mais uma função no serviço público.

O SR. MAURICIO FRUET — Senão não teriam condições de sobreviver com os vencimentos do Estado.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. considerando o que está exposto nesta Parágrafo 1.º não conseguiu me convencer que nossos médicos prestam serviço no regime de seis horas de trabalho por dia a que estão sujeitas outras categorias de servidores.

O SR. MAURICIO FRUET — Sem deslustrar o brilho de vosso aparte, devo dizer o seguinte. É preciso que se recapitule no tempo e no espaço, para se situar o instante em que os médicos e cirurgiões dentistas passaram a trabalhar em regime especial de trabalho, praticamente naquela oportunidade, atendendo consulta formulada pelo Governo do Estado, 50% optaram por tempo de trabalho especial, mas que também, eminente Deputado, naquela oportunidade essas duas categorias profissionais recebiam por força do Estatuto dos Funcionários Públicos uma percentagem especial relativa ao risco de vida que foi cortado naquela oportunidade.

O que eu gostaria de situar, para efeito de raciocínio, a contestação que mais tarde pretendo fazer a V. Exa. em aparte, é que eles foram compelidos a aceitarem esta proposta formulada pelo Estado, na oportunidade. Isto quem afirma ao orador aqui presente são funcionários públicos estaduais, médicos, cirurgiões-dentistas, que poderão prestar estes esclarecimentos a V. Exa.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) — Apenas para lembrar a V. Exa. um detalhe sobre a classe médica. Como se observa, Sr. Deputado, é grande o contingente de médicos e dentistas que trabalham no serviço público principalmente no interior do Estado, são contratados e pagos pelo Fundo de Saúde, pelo Regime CLT. Embora que V. Exa. pretenda que eles trabalhem no sentido de que esta gratificação para médicos e dentistas seja também aumentada na equivalência com o que fora permitido aos engenheiros e advogados. V. Exa. há de concordar, o grande volume de médicos e dentistas e não seriam também beneficiados por esta medida, se eles não trabalhassem num regime sob contrato do Fundo de Saúde, recebendo uma importância de 800 cruzeiros mensais, para uma jornada de trabalho que não vai além de três horas diárias. Então veja V. Exa. que mesmo com a pretendida Emenda proposta por V. Exa. nós não atenderíamos aqueles que realmente, no interior, prestam serviços ao Estado. Porque não são integrantes do quadro próprio de pessoal do Estado. Gostaria também se V. Exa. permitisse, lembrá-lo de que o Governo do Estado do Paraná, foi o único neste País, a ter concedido no mês de outubro e voltar a conceder um novo aumento em março. Os demais governos estaduais concederam um aumento no mês de março do ano passado, e voltam a fazê-lo agora neste mês de março. O que significa portanto, preocupação do Governador Emilio Gomes em procurar corrigir um pouco as distorções existentes aqui no Estado do Paraná. Mas significar também o valor que tem esta mensagem, quando instituiu a gratificação para extra-categoria funcional dando aumento que considera possível, dentro de um estudo procedido por três Secretarias responsáveis pela sua alta administração. Era o aparte que cabia fazer a V. Exa. para dizer também que V. Exa. não tem razão para duvidar da validade do Parágrafo Único deste Artigo quando afirma que o Poder Executivo procederá com as deduções que se fi-

zerem necessárias. V. Exa. diz que são "deduções". V. Exa. haverá de entender, válida. V. Exa. diz que incorpora no aumento que será concedido a partir de outubro do corrente ano...

O SR. MAURICIO FRUET — O que V. Exa. entender por "deduções que se fizerem necessárias".

O Sr. Ivo Thomazoni — Se o Governo Federal conceder um aumento da ordem de 25% em março do ano que vem, é natural que o Governo do Estado do Paraná aumente o seu funcionalismo na ordem de 19%, porquanto a incorporação do abono de 10 por cento será incorporado na oportunidade.

Isto, no meu entender, é o que pretende o Anteprojeto na forma como está redigido.

O SR. MAURICIO FRUET — Para nós aqui que se configura o aspecto mais grave da Mensagem. Iniciamos nosso pronunciamento fazendo um paralelo dos aumentos concedidos ao funcionalismo estadual e federal. Não consideramos isso aumento. Para nós, aumento se entende quando alguém recebe determinada quantia, mas, num País como o nosso, em que se observa o fenômeno inflacionário, esse aumento é apenas um reajuste. Porque, no Brasil, infelizmente, apesar de se anunciar, por exemplo, no ano passado que a taxa de inflação não seria superior a 12 por cento, sabe muito bem V. Exa., como homem do povo que é, que os 12 por cento não se configuraram. Inclusive, um trabalho efetuado pelo BADEP, órgão oficial do Governo do Estado, afirmava em documento publicado em sua revista, que o aumento do custo de vida, no Estado do Paraná, atingiu, em 1973, atingir a taxa de 33,4% por cento. Moral da estória: o funcionalismo público estadual não vai receber aumento nenhum, apenas um reajuste! Ai porque dizemos que entendemos essa Mensagem não como um aumento, mas sim, como um reajuste. Sei perfeitamente que o Sr. Governador do Estado está preocupado com o aumento do funcionalismo estadual, V. Exa. citou no início de seu aparte, ele também é funcionário público estadual. Mas, o que ocorre é que a Mensagem não é mais do que uma operação "tampa buraco".

O Artigo 3.º visa, efetivamente, estender uma melhoria a diversos funcionários com nível superior, como já o fez aos funcionários da Polícia Militar e, agora, procuramos estender também à Polícia Civil. V. Exa. citou o caso dos professores, não temos em mãos documentos para contestar a afirmativa que V. Exa. fez. Mas, posso afirmar, no que diz respeito a professores primários do Estado do Paraná, devo dizer que, há dias atrás, visitei inúmeros Municípios do Estado de Santa Catarina e a grande maioria daqueles Municípios, Municípios menores, como Brusque, Rio Negrinho, nesses Municípios os professores municipais recebem 880 cruzeiros mensais. E tenho os dados comigo. Veja V. Exa. que existe uma desproporção muito grande com o pagamento dado pelo nosso Estado ao nosso professorado.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. sabe quanto o Estado de Santa Catarina paga aos professores primários?

O SR. MAURICIO FRUET — Não tenho idéia. Referi-me ao pagamento em alguns Municípios os quais visitei há questão de alguns dias atrás.

Mas com relação ainda ao problema do professor, que V. Exa. levantou, o "Estatuto do Professor Paranaense" está sendo angustiosamente aguardado pela classe que pede a reformulação, solicita melhoria, enfim que ofereça ao professor a condição dele receber um salário digno pela missão que presta à coletividade.

Citei o caso das zeladoras contratadas. V. Exa. ocupando a Tribuna em dias passados, explicava que as zeladoras estavam no regime CLT. Sabemos, mas entendemos ser um regime de trabalho quase que servil. Porque, nobre Deputado Ivo Thomazoni, é preciso que se analise, além de outros aspectos, o social e, por uma série de razões, estas zeladoras contratadas são obrigadas a se sujeitar a receber um salário de miséria; que às vezes é insuficiente para o pagamento da educação dos filhos. Porque muitas vezes, as zeladoras contratadas, residem longe do local de trabalho e dispendem uma quantia elevadíssima só em condução mas elas já tem 8, 9, 10 anos de serviços prestados ao Estado e agora, com idade superior a 40, 50 anos, são obrigadas a se sujeitar a receber vencimentos miseráveis sob pena de morrer de fome. É preciso que se veja isto. Eu sei que V. Exa. também tem esta preocupação e que não pode caber apenas a nós do MDB esta preocupação; todos os Deputados tem demonstrado a sua preocupação a respeito desse problema. Não fazemos injustiça a Bancada da Aliança Renovadora Nacional, que não pode se mostrar ausente de um problema que atinge a coletividade paranaense.

Veja a situação dos atuais contratados do Estado, do Departamento de Estradas de Rodagem, onde existem inúmeras contratadas. Não estamos procurando responsabilizar o Governo por injustiças feitas no passado. A responsabilidade deste Governo é de que, apesar de algumas medidas que vieram favorecer e beneficiar, também faça justiça, em setores cujas injustiças nos saltam aos olhos. E talvez, pensando ser S. Exa. o Chefe do Poder Executivo, funcionário estadual, talvez S. Exa. tenha maior sensibilidade para resolver alguns ou todos os casos.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — V. Exa. desculpe a insistência dos meus apartes. Mas veja, Deputado Mauricio Fruet, no setor da educação, V. Exa. não desconhece que com o aumento ora configurado, o Estado vai gastar mais de 30% no total da sua arrecadação, só com a educação. Portanto, queremos significar que a educação vai gastar mais de 60% do total da folha do funcionalismo público estadual. Veja que os Estados, na sua maioria, atem-se à recomendação válida, constitucional, de que o Estado deve gastar 20% da sua arrecadação com despesas no setor educacional. Nós estamos também procurando e eu não estou fazendo nada mais do que isto, procurando justificar o Governo que não pode também dar mais do que tem, sob pena de começar, a atrasar a folha de pagamentos do seu funcionalismo e voltar aos tempos em que o funcionalismo público estadual, via os seus vencimentos atrasados em 4, 5, 6 meses e houve casos no Paraná em governos irresponsáveis, em que atrasava até 12 meses. Da parte do Governo do Estado, mais uma preocupação.

Os 17 milhões de crédito especial, de crédito suplementar que o Governo pretende abrir, para fazer face a essa despesa desse Anteprojeto, nós vamos ter que reprogramar em obras, mais de 130 milhões de cruzeiros. V. Exa. verifica que o Governo é que dá essa considerável importância do seu setor de obras e já estou antevendo nessa Tribuna os Srs. Deputados do MDB, a desfilar, reclamando do Governo do Estado a construção de maior número de salas de aula, a pavimentação de maior número de estradas...

O SR. MAURICIO FRUET — E é necessário.

O Sr. Ivo Thomazoni — ... além de outras obras que o governo



terá que forçosamente construir dentro da limitação de sua capacidade, de sua disponibilidade e da previsão da arrecadação. Veja V. Exa. que o problema não é tão fácil quanto parece. Seria ótimo para o Governo conceder 50%, mas ele sabe que se conceder não poderá pagar.

O SR. MAURICIO FRUET — Fizemos outra observação durante o discurso inicial, porque durante a manifestação oficial, com relação a extensão dos benefícios, artigo 3.º da Lei 6.156, "aos funcionários do Poder Legislativo, Poder Judiciário e Tribunal de Contas." Perguntaria a V. Exa., se assim fosse possível, quais foram as razões pelas quais o Sr. Governador do Estado, ao enviar a Mensagem a esta Casa, excluiu essas classes a que me refiro.

O Sr. Ivo Thomazoni — Devo informar a V. Exa., que da agenda em mãos do Presidente João Mansur, como matéria a ser discutida com o Sr. Governador, logo mais às 16 horas, no Palácio Iguaçu, consta também da pauta a pretensão de se beneficiar, através dessa lei, os advogados da Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça e outros funcionários portadores de diploma de curso superior.

Mas V. Exa. poderá verificar que o artigo 9.º desse Anteprojeto, somente da nova orientação ao artigo 3.º da Lei 6.156, portando, uma lei ordinária, que em 1970 deu uma condição melhor para os engenheiros do DER. E, portanto, uma lei ordinária, que está tendo alterado um de seus artigos, estendendo aquele benefício a outras categorias de funcionários públicos do Estado. Confesso válida a iniciativa governamental, em estender esse benefício aos engenheiros químicos, mecânicos, advogados e contadores, engenheiro agrônomo etc.

O SR. MAURICIO FRUET — V. Exa. permitiria mais uma solicitação? V. Exa. disse que duas reivindicações, entre outras, serão debatidas por V. Exa., em companhia do nosso ínclito Presidente, Deputado João Mansur, na audiência que terão com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, dentro de alguns instantes. Farei um pedido a V. Exa., para que proponha junto ao Sr. Governador, a exclusão da frase constante do parágrafo único "com as deduções que se fizerem necessárias".

O Governador do Rio Grande do Sul, em Mensagem enviada e já aprovada pela Assembléia Legislativa, concedeu aumento aos funcionários públicos gaúchos da ordem de 20%, a partir de 1.º de janeiro, do corrente ano. O mesmo acontece com o Governo de São Paulo, que mandou Mensagem à Assembléia concedendo aumento de 20% a partir de 1.º de janeiro. Seria justo, dentro da devassagem de reajuste verificado com certo espaço de tempo em nosso Estado, que não se deduzisse esse aumento, esse reajuste, a determinação para março de 75, como obriga o artigo 8.º.

Porque, nesse caso, Sr. Presidente, o funcionalismo público de nosso Estado, não receberia este ano, aumento superior a 14%, o que seria uma injustiça. Veja V. Exa., porque esses 14% vingariam de março a outubro e só em outubro haveria abono e abono, como V. Exa. sabe, somente atinge os vencimentos do funcionalismo, não atingindo outras vantagens.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. calculou dentro de um período de 12 meses, de outubro de 1973 a outubro de 1974, quanto o funcionário público receberia de reajuste no seu vencimento?

O SR. MAURICIO FRUET — Eu não. O cálculo que eu fiz foi de 1969 para cá.

O Sr. Ivo Thomazoni — Em 1969 o Governador não era Sua Excelência o Sr. Emílio Gomes.

O SR. MAURICIO FRUET — Em 75 também não será. A preocupação nossa é essa, em 75 será outro, que, se quiser cumprir esta Lei cumprirá, se não quiser não cumprirá!

O Sr. Ivo Thomazoni — Será, a não ser que V. Exa. não queira que ele seja. No início de março de 75 o Sr. Emílio Gomes será Governador!

O SR. MAURICIO FRUET — As reformas eleitorais são tantas ultimamente neste País, que às vezes há pequenos enganos. Mas mesmo assim a disposição do Governador poderá não ser a disposição do próximo ano.

O Sr. Ivo Thomazoni — O que eu queria dialogar com V. Exa., voltando, sem pretender tirar V. Exa. do caminho correto do pronunciamento de V. Exa., era de que, o Governador Emílio Gomes dentro de um período de 12 meses está concedendo aumento bem superior a 20% de aumento, dado pelos outros Governos estaduais, daí fazer-se justiça ao Governador Emílio Gomes.

Era este o aparte que eu pretendia dar a V. Exa..

Foi concedido aumento em outubro, mais um aumento proposto a partir de março e mais um, nobre Deputado, a partir de outubro em forma de abono mas que não deixa de ser também um aumento.

O SR. MAURICIO FRUET — Mas não deixa de ser, acima de tudo, uma justiça parcial e não existe justiça parcial, ou é justiça ou não é justiça! Neste caso, apesar de admirar e entender perfeitamente a missão que V. Exa. tão bem defende nesta Casa, não considero, pessoalmente, como justa, a Mensagem que vem à Assembléia Legislativa, apesar de reconhecer a preocupação do Governador que não poderia ser outra se o funcionalismo do Estado em muitos setores está atravessando uma fase difícil, V. Exa. sabe disto, que o funcionário está emprestando dinheiro a juros extorsivos, às vezes sem condições de pagar a quantia, sem dinheiro para pagar armazém, perdendo o crédito em instituições financeiras, isso é comum, são inúmeros, centenas, milhares de exemplo, de funcionários que atravessam uma fase difícil justamente por não receberem vencimentos condignos, então, esta Mensagem é mais uma "Operação Tapa-Buracos".

Está se corrigindo alguma coisa mas falta muito para ser corrigido. Por isto é que nos empenhamos neste final de Governo de Sua Excelência o Sr. Emílio Gomes — dizemos final porque Sua Excelência talvez tenha poucos meses para enviar uma Mensagem buscando, como bem disse o nobre Deputado Iris Caltart, uma Mensagem codificante à legislação atinente ao funcionário público, que iria corrigir todos os desníveis, uma Mensagem que possa equacionar juridicamente a situação dos servidores contratados, do Estado.

O Sr. Ivo Thomazoni — Somente para encerrar a minha participação, vou dizer então para V. Exa. entender e saber e conhecer da sensibilidade do nosso ilustre Presidente João Mansur e dos integrantes da Bancada da ARENA:

Não será este o primeiro contato que a Bancada da ARENA mantém com o Sr. Governador do Estado e com o Sr. Secretário do Governo, Dr. Vesperto Mendes, e talvez não seja o último contato, e, se V. Exa. se permitir abrir a Pasta do Presidente, V. Exa. haverá de encontrar inúmeras sugestões de funcionários públicos, que nós vamos

levar agora ao Sr. Governador do Estado; só que, a forma de reivindicar da Bancada da ARENA é diferente da forma de reivindicar da Bancada do MDB — a do MDB sempre é mais simpática porque é feita da Tribuna de maneira a sensibilizar o funcionalismo público, e é tão gostoso ouvir V. Exa. defender o funcionalismo público, por cuja classe temos tanta admiração e devemos tanto, mas, nós estamos do lado de cá do balcão e temos de verificar também a quantidade, a qualidade da mercadoria que nós temos a oferecer e a que preço podemos dá-la. V. Exa., infelizmente está do outro lado do balcão, sem a preocupação de reparar o estoque de boa mercadoria a oferecer a sua freguesia mais ávida de melhor qualidade e maior quantidade. Neste diálogo V. Exa. demonstrou ser sempre o político sempre sagaz e inteligente que soube ser, defendendo as causas que são aquelas que mais sensibilizam a opinião pública. Congratulo-me com V. Exa. e com S. Exa. o Sr. Presidente, nesta luta para que o funcionário público tenha um pouco mais do que está aqui.

O SR. MAURICIO FRUET — Em resposta, cito uma frase de S. Thomas de Aquino.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que restam apenas 5 minutos para o término do Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Termina com a frase de S. Thomas de Aquino. "Quando pedir não peça apenas pelo simples fato de pedir, quando pedir peça justificando o que está pedindo, porque quem assim o faz não está pedindo está exigindo". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Aparentado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. Aparentado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 36-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 9/70, que eleva para Cr\$ 161.646.988,00 (cento e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito cruzeiros), o limite da garantia do Estado, em contrato de financiamento celebrado pela ELETROBRAS e ELETROCAP, de que tratam as leis que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 19-72, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo construir uma Unidade Escolar com 3 (três) salas de aulas, no Distrito de Malú, Município de Terra Boa. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 134-72, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, no Município de Piraquara e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 173-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza, o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Freguezia, no Município de Almirante Tamandaré. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 179-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na Cidade de Cascavel e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, artigo por artigo, com Substitutivo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 60-73, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir estrada que de acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória neste Estado, até Erechim no Estado do Rio Grande do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 68-73, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que de acesso à sede do Município de União da Vitória pela BR-153, como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 222-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 82/73, solicitando autorização para anuir na cessão de Cr\$ 38.460.02 m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antonio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, destinada à construção do "Lar dos Velhos Desamparados". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 76-73, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do D.E.R., dotando-os de Sistema de Comunicação, Assistência Médica, Ambulância e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.



## PROJETO DE LEI N.º 76/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do Departamento de Estradas de Rodagem, dotando-os de moderno sistema de comunicação, assistência médica e ambulância.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, através da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR —, um aparelho telefônico em cada posto da Polícia Rodoviária Estadual.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se a presente proposição, sr. Presidente, pelo fato, por todos sabidos, de que muitos chefes de famílias tombam mortos nas estradas paranaenses, mais pela falta de assistência, quando dos, acidentes, do que propriamente dos desastres participados.

Há casos em que um hospital fica a mais de cem quilômetros dos locais das colisões, como é o caso da Rodovia do Café, no trecho Apucarana-Curitiba, onde apenas três cidades estão às suas margens (Cafelândia, Ponta Grossa e Campo Largo).

Os postos da Polícia Rodoviária apenas estão preparados para multar os viandantes. Em casos de acidentes estes policiais se tornam meros expectadores, deixando aos populares a tarefa de atendimento. A PR apenas se prende à documentação dos veículos em trânsito.

Caminhões sem luz, automóveis com freios defeituosos, motoristas embriagados tem livre trânsito, já que o policiamento não se detém nestes fatos.

A aprovação do projeto em tela não onerará, em muito, os cofres do Poder Executivo, com situação privilegiada, neste setor, pelo aumento da Taxa Rodoviária, que sofreu elevação de 200% de anos para cá. A atenção devida ao motorista é um direito adquirido já que ele contribui para tal.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****Parecer ao Projeto de Lei 76/73**

- I) — Projeto dos mais oportunos, conforme se observa na justificativa apresentada, pois trará enormes benefícios a uma coletividade que transita diariamente em nossas estradas. A medida é perfeitamente exequível, através de convênios entre a Secretaria dos Transportes com a Telepar, Secretaria de Segurança e Saúde.

- II) — Examinando sob o ponto de vista legal ou constitucional, cuja atribuição está afeta a C.C.J., nenhum impedimento existe para antepormos ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30.5.73

(Ass. Ilegível)

Presidente

(Ass. Ilegível)

Relator

(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO****PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 76/73**

De autoria do ilustre Deputado ANTONIO BELINATI, o Projeto de Lei, ora em exame, autoriza o Poder Executivo a reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, dotando-os de moderno sistema de comunicação, assistência médica e ambulância.

Sob o aspecto financeiro da medida, que é a atribuição desta Comissão examinar, entendo que a proposição está em condições de ser aprovada pelo Plenário.

É o parecer,

Subcensura

Sala das Comissões, em 21 de 08 de 1973.

(Ass. Ilegível)

Presidente

Dep. ALVARO DIAS

Relator

(Ass. Ilegível)

**COMISSÃO DE POLÍCIA****PROJETO DE LEI N.º 76/73****PARECER**

O nobre Deputado ANTONIO BELINATI propõe pelo presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do Departamento de Estradas de Rodagem, dotando-os de moderno sistema de comunicação, assistência médica e ambulância.

Referida matéria já foi motivo de exame pelas Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, onde recebeu acolhida.

Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, não se insurge nenhum obstáculo que se lhe possa antepor.

Destarte, opino pela **APROVAÇÃO** do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

(Ass. Ilegível)

Presidente

Dep. NELSON BUFFARA

Relator

(Ass. Ilegíveis)

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 77-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que denomina "Governador Parigot de Souza", o trecho da rodovia PR-1, que liga Jaguariaiva a Santo Antonio da Platina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., com **SUBSTITUTIVO**. — **Aprovado**.

## PROJETO DE LEI N.º 77/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica denominado "GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA", o trecho da Rodovia PR-1, que liga Jaguariaiva a Santo Antonio da Platina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1973.

(a) — GABRIEL MANOEL

**JUSTIFICATIVA:**

A medida que ora propomos se nos afigura das mais justas e se constitui num preito de reconhecimento e gratidão do povo paranaense, principalmente do interior de nosso Estado, ao eminente Professor PARIGOT DE SOUZA, pela magnífica obra que Sua Excelência vem realizando à frente do Governo do Estado, notadamente no setor viário, levando ao interland paranaense as condições de que necessita para prosseguir na marcha do seu desenvolvimento.

Por isso, é-nos lícito esperar que esta Casa, bem compreendendo o sentido da homenagem, acolha a presente iniciativa, aprovando-a.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 77/73**

Iniciativa do ilustre deputado GABRIEL MANOEL, que denomina de "Governador PARIGOT DE SOUZA", o trecho da rodovia PR-1, que liga Jaguariaiva a Santo Antonio da Platina.

A medida me parece das mais justas e merecidas, razão pela qual me pronuncio inteiramente favorável à sua aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

(Ass. Ilegível)

Presidente

Dep. ERONDY SILVERIO

Relator

(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,****TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 77/73**

- I) — A Justificativa do Projeto diz bem o porque desta homenagem que se pretende conferir ao ex-governador Parigot de Souza.

- II) — Todavia, visando uma melhor técnica legislativa, apresentamos o Substitutivo anexo, o qual deverá receber a aprovação dos ilustres Deputados membros da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 8.11.73.

**BORSARI NETTO**

Presidente

Dep. JOSÉ LAZARO DUMONT

Relator

(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,****TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 77/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica denominado "GOVERNADOR PARIGOT DE SOUZA", o trecho da rodovia PR-1, compreendido entre os Municípios de Jaguariaiva e Santo Antonio da Platina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8.11.73.

**BORSARI NETTO**

Presidente

Dep. JOSÉ LAZARO DUMONT

Relator

(Ass. Ilegíveis)

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 85-73, de autoria do Dep. Quiélse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Flórida, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., C.O.P.T.C. e C.P., com **EMENDA**. — **Aprovado**.

**PROJETO DE LEI N.º 85/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º) — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do município de FLÓRIDA, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do município.

Art. 2.º) — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1973.

(a) — QUIELSE CRISÓSTOMO

**JUSTIFICATIVA:**

A Delegacia de Polícia do município de FLÓRIDA está funcionando em prédio com condições muito precárias, daí o presente plano de Lei que esperamos seja acolhido por esta casa.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 85/73**

- 1 — Visa o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Flórida, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, no referido Município.
- 2 — Sobre o aspecto legal ou constitucional, não vemos qualquer impedimento para deixar de acolher o presente projeto, razão pela qual nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.  
É o parecer.  
Em 27.6.73  
(Ass. Ilegível)  
Presidente  
**WILSON FORTES**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**PARECER**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

- 1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei n. 85-73, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Flórida, neste Estado, para construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia local.
- 2 — Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, em R. Parecer de fls., dos Autos, e tendo em vista o evidente interesse comunitário para concretização da providência encarecida, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei em testilha.  
Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.  
Sala das Comissões, 27 de agosto de 1973.  
(Ass. Ilegível)  
Presidente  
**Deputado JOAO C. FADEL**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 85/73**

- 1 — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura de Flórida, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.
- 2 — Esta proposição devidamente estudada pelas douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já mereceu pareceres favoráveis quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro.
- 3 — Não havendo qualquer impedimento quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, nosso parecer é pela APROVAÇÃO, com a emenda anexa.  
É o parecer.  
Sala das Comissões, em de de 1973.  
**BORSARI NETTO**  
Presidente  
**Dep. LAZARO DUMONT**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 85/73**

- Substitua-se, no artigo 1.º, "Secretaria de Obras" por: "Secretaria de Viação e Obras Públicas".  
Sala das Comissões, em de de 1973.  
**BORSARI NETTO**  
Presidente  
**LAZARO DUMONT**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE POLÍCIA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 85/73**

- 1 — Visa o nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, com o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Flórida, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.
- 2 — Esta matéria, devidamente estudada pelas douts Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ofereceram pareceres favoráveis.
- 3 — Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.  
É o parecer.  
Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1973.  
(Ass. Ilegível)  
Presidente  
**Dep. MARCIANO BARANIUK**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 86-73, de autoria do Dep. Quiélse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Santo Inácio, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

**PROJETO DE LEI N.º 86/73**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**DECRETA:**  
Art. 1.º) — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Santo Inácio, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do município.  
Art. 2.º) — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 10 de maio de 1973.  
(a) — **QUIELSE CRISÓSTOMO**

**JUSTIFICATIVA:**

A Delegacia de Polícia do município de Santo Inácio está funcionando em prédio com condições muito precárias, daí o presente plano de Lei que esperamos seja acolhido por esta Casa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 86/73**

**AUTOR:** Deputado **QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA.**

**PARECER**

De autoria do nobre Deputado **QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA**, o Plano de Lei ora em exame por esta Comissão, visa autorizar o Poder Executivo a celebrar Convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Santo Inácio, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do município mencionado. A iniciativa tem amparo constitucional e legal, por quanto é da competência exclusiva do Governador do Estado a celebração de Convênios com Municípios.

Quanto à sua oportunidade, nada há a contestar.  
Face o exposto, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.6.73.

(Ass. Ilegível)  
Presidente  
**Deputado WILSON FORTES**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**PARECER**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

- 1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei n. 86-73, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Pr., para construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia local.
- 2 — Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, em R. Parecer de fls., nos Autos, e tendo em vista o evidente interesse comunitário para concretização daquela providência, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.  
Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.  
Sala das Comissões, 07 de agosto de 1973.  
(Ass. Ilegível)  
Presidente  
**Deputado JOAO C. FADEL**  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**

**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**PROJETO DE LEI N.º 86/73**

**PARECER**

O desiderato do Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, é autorizar o Poder Executivo a celebrar Convênio através da Secretaria de Obras, com a Prefeitura do Município de Santo Inácio, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

A matéria enfocada já recebeu pareceres favoráveis das Douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito que a esta Comissão cabe examinar, não vemos nenhum obstáculo que se lhe possa antepor.

Assim sendo, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9.11.73.

**BORSARI NETTO**  
Presidente  
(Ass. Ilegível)  
Relator  
(Ass. Ilegíveis)

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n. 245-73, de autoria do Dep. Fabiano B. Côrtes, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Samuel Klabin, Diretor-Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S/A. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado.



## PROJETO DE LEI N.º 245/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ" ao Senhor SAMUEL KLABIN, Diretor-Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — FABIANO BRAGA CORTES

## JUSTIFICATIVA:

Propõe-se pelo presente Plano de Lei, conceder o título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ", ao Senhor SAMUEL KLABIN, Diretor-Presidente das Indústrias Klabin do Paraná Celulose S.A.

Títular de uma das empresas de maior importância no cenário econômico brasileiro, SAMUEL KLABIN, verdadeiro exemplo de trabalho, de dedicação e entusiasmo, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento social e empresarial do Brasil.

Diversos comandos sociais existem, em verdade, em cada homem, que é força física e espiritual, que é fator econômico, produtor e consumidor, mas é, também, o ser humano, o cidadão, e, acima disso tudo, a criatura religiosa o moralista, o membro duma família ou duma nação.

Não é o ente humano um autômato só de braços e de cérebro para produzir e de boca para consumir, buscando apenas, ganhar e fazer, rasteiramente, a vida, num dia a dia chão, vulgar, materialista.

São bem altos, graças a Deus, os horizontes do viver humano, e em cada um de nós, acima da profissão e da classe, pulsam e se dilatam os anelos de verdade e de beleza, os anseios do bem onde vivem, o culto à prática, o amor a Deus, a bondade, a dedicação, a coragem, o heroísmo.

Pois bem, senhores Deputados.

SAMUEL KLABIN, o desbravador do interior do Estado, a mola propulsora das Indústrias papeleiras do Brasil, o gerador de riquezas, o dinamismo que impulsionou e projetou o Paraná, merced sua capacidade empresarial, o heróico descortino industrial, reforestando terras arrasadas pela inépcia, pela imprudência, pela negligência de maus brasileiros, situando o nosso Estado em invejável posição na Federação brasileira, pela potencialidade, pela riqueza das suas indústrias, e sobretudo pela sua coragem e pela fé no futuro da nossa terra.

SAMUEL KLABIN, que simboliza o que de nobre e generoso existe na vida humana, o trabalho e a humildade.

Dirigindo um complexo industrial que mantém 2.900 empregados, mais 2.000 em atividades no setor rural e, ainda, 2.000, aproximadamente, diretamente ligados às suas empresas, em outras atividades, SAMUEL KLABIN, pela visão que o caracteriza, gerou um Município que hoje é o 8.º em arrecadação do I.C.M., ou seja, o Município de Telemaco Borba.

Nas vicissitudes da vida do empresário SAMUEL KLABIN, em que as emoções se sucedem num ritmo interminável, há por vezes momentos de delicada compensação, que valem como preciosos estímulos. É o aspecto humano, que procurou em toda a sua atividade de empresa, dedicar aos que com ele convivem. O atendimento médico, recreativo, social, que propiciou aos seus comandados, com especial carinho, revelando o espírito altruísta na sua verdadeira aceitação.

Esse é o homem, o empresário, o cidadão SAMUEL KLABIN, por cujos méritos acima mencionados, o fazem merecedor da homenagem que ora propomos e que neste momento pedimos o necessário apoio para ulterior aprovação, dos nobres pares desta Casa de Leis, aquele que constitui o exemplo de capacidade, de despreendimento e de confiança no futuro do Brasil.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 245/73

## PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado FABIANO BRAGA CORTES, concedendo o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor SAMUEL KLABIN, Diretor-Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A.

A propositura vem acompanhada de ampla justificativa, onde o autor do Projeto, realça a personalidade do homenageado por cujos méritos o faz merecedor da medida ora proposta.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto constitucional, legal ou jurídico e formal, a proposição está conforme.

Quanto à oportunidade, nada há a contestar.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.73.

(Ass. Ilegível)

Presidente

Deputado ERONDY SILVERIO

Relator

(Ass. Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Cabral Branco, ocorrido no Município de Arapongas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Fiorucci, ocorrido no Município de Jandaia do Sul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando que sejam suspensas as Sessões Plenárias nos dias 8 e 12 do corrente, funcionando no entanto as Comissões Permanentes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 18 e 20/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 237/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Doutor Olavo Del Claro pela passagem de seu quadragésimo aniversário de lides no magistério Superior em nossas Faculdades de Engenharia, Engenharia Química, Agronomia e Filosofia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela "Semana da Cultura Alemã" promovida pelo Consulado Geral da República Federal da Alemanha. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 242 e 256/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a designação de uma Comissão composta por dois Srs. Deputados, para representar esta Casa, na Sessão Solene de outorga do Diploma de Cidadão Honorário de Curitiba ao Desembargador Edmundo Alberto Mercer Júnior, a realizar-se na Câmara Municipal de Curitiba. — Aprovado.

A Mesa designa os Srs. Deputados Olavo Ferreira e Borsari Neto para comporem a referida Comissão, para representarem a Assembléia Legislativa na Câmara Municipal de Curitiba, hoje, às 20 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 19/72 — 134/72 — 173/72 — 179/72 — 60/73 — 68/73 e 222/73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 76/73 — 77/73 — 85/73 — 86/73 e 245/73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 87/73 — 98/73 — 99/73 — 100/73 — 102/73 — 285/73 e 237/73.

marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 5, às 10,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 68/73 e 69/73 e de Lei n.ºs 125/69 — 215/69 — 18/73 — 192/73 e 196/73.

Levanta-se a Sessão.